

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

1ª Reunião Ordinária 03 de Março de 2026 às 15:00 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 1073/2019	Deputado Emídio de Souza	Garante aos consumidores o acesso a todas as informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado.	Deputada Edna Macedo	favorável	O.J., L.B., L.C.M.
2	Projeto de lei 788/2023	Deputada Clarice Ganem e Deputado Ricardo França	Proíbe a cobrança de tarifa, taxa, ou qualquer outra forma de imposição de pagamento pelo restabelecimento de serviços públicos no Estado.	Deputado Lucas Bove	favorável	E.T., L.C.M.
3	Projeto de lei 1596/2023	Deputada Solange Freitas	Torna obrigatório o fornecimento de água potável em shows e eventos públicos e privados com mais de 500 pessoas.	Deputado Felipe Franco	favorável	
4	Projeto de lei 1607/2023	Deputado Luiz Fernando T. Ferreira	Torna obrigatório o fornecimento gratuito de água potável em eventos públicos e privados de grande porte e permite o porte de garrafas próprias e individuais de água.	Deputado Reis	favorável	
5	Projeto de lei 1609/2023	Deputada Beth Sahão	Torna obrigatório o fornecimento de água potável em shows e grandes eventos como medida para salvaguardar a segurança e o bem-estar do público.	Deputado Felipe Franco	favorável	

6	Projeto de lei 346/2024	Deputada Dani Alonso	Obriga as operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde a oferecerem linha telefônica exclusiva para o atendimento de clientes idosos.	Deputado Delegado Olim	favorável	
7	Projeto de lei 650/2024	Deputado Delegado Olim	Estabelece penalidade às empresas que contratarem motociclistas com equipamentos de descarga irregulares e/ou adulterados.	Deputado Lucas Bove	favorável ao projeto e à emenda nº 1	
8	Projeto de lei 760/2024	Deputado Marcio Nakashima	Torna obrigatório o tabelamento de preços dos medicamentos quimioterápicos em estabelecimentos privados habilitados em oncologia.	Deputado Reis	favorável	
9	Projeto de lei 836/2024	Deputado Mauro Bragato e Deputado Carlão Pignatari	Estabelece medidas para a proteção e defesa do consumidor no âmbito das apostas virtuais, visando à prevenção do superendividamento, à promoção da saúde pública e à responsabilidade no consumo.	Deputado Felipe Franco	favorável	
10	Projeto de lei 519/2025	Deputado Dr. Elton	Suspende a exigibilidade de pagamento de fatura de consumo de água em valor anormal até a apuração da regularidade da cobrança pelas concessionárias de abastecimento, no Estado.	Deputado Felipe Franco	favorável	
11	Projeto de lei 855/2025	Deputado Atila Jacomussi	Estabelece diretrizes sobre a duração mínima das diárias e fixa os horários de entrada e saída nos serviços de hospedagem em hotéis, pousadas, imóveis residenciais e não-residenciais destinados à locação diária ou de curta temporada, e demais congêneres.	Deputado Dirceu Dalben	favorável	

PARA DELIBERAÇÃO:

Item 12 - Requerimento n.º 1351, de 2025, de autoria do Deputado Reis, requer a realização de diligências in loco, sendo os membros desta Comissão acompanhados de representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Procon-SP, em 30 (trinta) postos de combustível do Estado de São Paulo, aleatoriamente selecionados, para que sejam fiscalizados (i) os anúncios publicitários; (ii) a qualidade do combustível, especialmente em termos de teor alcóólico,

inclusive com testes laboratoriais; e (iii) a aferição das bombas de abastecimento.

Item 13 - Requerimento n.º 3635, de 2025, de autoria do Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, requer, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja enviado convite ao representante legal da empresa MARABRAZ LTDA, para responder e explicar sobre reclamações de consumidores acerca de problemas na prestação de serviços.

PARA CIÊNCIA:

Item 14 - Ofício do Cidadão Wellington Caster pelo qual envia à Secretaria da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor (CDDC) o ofício arquivado no local de costume, por meio do qual solicita fiscalização em relação ao cumprimento da lei da meia entrada por parte das instituições Palmeiras e Eventim.

Item 15 - Queixa do Cidadão Marco Aurélio dos Reis pelo qual apresenta denúncia sobre não atendimento de suas demandas referentes a danos morais e materiais por órgãos e serviços públicos, sobretudo os relativos a funções da justiça.

Item 16 - E-mail do Cidadão Leandro Aparecido Ferreira pelo qual apresenta reclamações sobre a empresa de elevadores Otis quanto a não resolução de problemas no elevador do edifício de sua residência, causando risco de segurança aos moradores do edifício.

Item 17 - E-mail do Professor Jussier Feitosa Rosendo pelo qual apresenta queixas referentes a prestadoras de serviços públicos, em especial a Comgás, no que diz respeito a suspensão do serviço por inadimplência.